



Chryst Chrystello*

Podemos devolver 2020? Veio com defeito

“Aqui nos Açores, onde tudo demora mais tempo a chegar ainda não nos apercebemos do que aí vem, muito menos da enorme fatura que teremos de pagar enquanto desviamos recursos para cuidar do Covid e sacrificamos doentes de outras patologias”

Se este ano tivesse sido fabricado pela Microsoft ainda o poderíamos devolver dizendo que veio com vírus, e pode ser que nos dessem um reembolso ou nos mandassem um novo em folha, a funcionar bem. Infelizmente não foi fabricado pela Microsoft e desconhecemos a fábrica, pelo que teremos de o suportar com este assassino invisível que nos tolhe a saúde e a vida e mudou para sempre o nosso quotidiano e a economia global.

Para quem trabalha neste ciclo vicioso da escravatura em que a economia se tornou, ter férias representa o ópio das massas que tentam carregar baterias e recuperar forças, mas mesmo isso, este ano, estará reduzido a uma ínfima proporção, pois a grande maioria das pessoas, com saúde, não terá fundos para veranejar.

É um vírus que não respeita calor, frio, verão ou inverno, seja ou não manufaturado, estará conosco por mais tempo do que queremos admitir, levando na sua cauda milhares de pessoas, deixando sequelas em tantas outras, retirando-nos liberdades fundamentais que os

governos aproveitam para implementarem as suas agendas de controlo de massas, como já é visível na maior parte dos países.

O mundo nunca mais será o mesmo, aquele que conhecíamos desde que nascemos, há uma nova realidade, uma nova ordem mundial, cheia de incógnitas e maus augúrios. Aqui nos Açores, onde tudo demora mais tempo a chegar ainda não nos apercebemos do que aí vem, muito menos da enorme fatura que teremos de pagar enquanto desviamos recursos para cuidar do Covid e sacrificamos doentes de outras patologias, como foi bem visível nestes meses, com clínicas fechadas, médicos a abandonarem os seus doentes, hospitais sem poderem dar resposta que não fosse a de tentar controlar a pandemia.

Resta-me esperar ter alguma saúde para não engrossar o número dos danos colaterais do COVID-19 e tentar ajustar-me a uma nova realidade que abomino. Não há almoços grátis e os milhões que hoje nos acenam, terão de ser pagos, à custa de salários, desemprego, cortes e mais cortes num mundo que, carneiramente, irá

aceitar esta pandemia de medo que se instalou, por entre revoluções de politicamente correto que vão da linguagem, ao abate de estátuas, à consternação por animais mortos em incêndios e impassibilidade pelos velhos que morrem em asilos ou que são deixados a morrer em nome desta e doutras pandemias.

Com as vacinas, virão apps para os telemóveis nos controlarem (como já acontece na RP da China, entre outros), virá o fim do dinheiro vivo e proliferarão de moedas virtuais (bitcoins e outros) e os maiores pesadelos de “O triunfo dos porcos” e de “1984” serão uma brincadeira comparada com o que nos espera, por isso se ainda tiver uns tostões aproveite a campanha do governo “Viver os Açores” e vá esquecer tudo isto por 3 noites numa ilha qualquer, podem ser as suas últimas férias ...

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício nº 297713 [Australian Journalists' Association-MEEA]

Infarmed deu autorização excepcional a ventilador, apesar de chumbo dos peritos

O ventilador Atena, desenvolvido pelo CEiiA - Centro de Engenharia e Desenvolvimento, em Matosinhos, teve o parecer negativo do grupo de peritos criado especificamente para avaliar os ventiladores pulmonares no âmbito da covid-19, noticiou o jornal “Público”. Ainda assim, o Infarmed deu uma “autorização excepcional” para o uso deste equipamento no contexto do combate à pandemia da covid-19.

Os especialistas consideraram que a ideia de base deste projecto é boa, mas que ainda necessita de evoluir, para se tornar uma tecnologia de saúde madura, e concluíram que ainda não se encontra em condições de ir para o mercado tal como está. Por unanimidade, os sete peritos deram então um parecer negativo à entrada em serviço do ventilador invasivo Atena - Modelo V1.

A partir dos relatórios dos peritos que chumbaram o uso da versão 1 do Atena, o conselho directivo do Infarmed tomou a decisão, a 29 de Junho, de lhe dar uma “autorização excepcional condicionada”.

Conforme nota o “Público”, a auto-



rização coloca tantas condicionantes ao uso do ventilador que, em termos práticos, dificulta, senão mesmo impossibilita, a sua aplicação a algum doente.

Um dos constrangimentos é que a utilização só pode acontecer se os doentes não necessitarem de “uma pressão constante durante todo o tempo respiratório e uma ventilação em pressão assistida”. Ora, “se o Atena só pode ser usado se o doente não precisar todo o tempo respiratório nem de pressão constante nem de pressão assistida, significa que não precisa de um ventilador”, explica o jornal.

Dívidas do Estado por cirurgias no privado ultrapassam os 56 milhões

As dívidas do Estado aos privados por cirurgias já ultrapassam 56 milhões de euros. As contas são da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) com base num inquérito aos associados.

Em causa, dá conta a Renascença, estão as intervenções realizadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscrições para Cirurgias, normalmente designadas como SIGIC.

Segundo notícia a rádio, os números podem ser ainda maiores, dado que responderam apenas 11 dos 60 membros de pleno direito. Segundo o presidente da APHP, Óscar Gaspar, nestas 11 unidades hospitalares, o valor total da dívida já chega aos 56 milhões de euros - “um valor recorde”. Ainda mais grave é que nem toda a dívida está sequer facturada. As contas têm de ser validadas pela aplicação da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) antes de receberem autorização para serem faturadas - ou seja, registadas para pagamento. Entre a validação e a facturação podem decorrer meses ou mesmo mais de um ano.

Em declarações à Renascença, Óscar

Gaspar avançou que, dos 56 milhões em dívida aos hospitais privados, “29 estão facturados e estão em dívida vencida há bastante tempo. Os restantes, cerca de 27 milhões de euros, nem sequer estão facturados”. “Há actos ainda por facturar de 2018”, afirma. Em média, só um ano depois é que os hospitais são pagos por estas cirurgias que realizam em substituição do setor público. “O processo demora cerca de 280 dias até ser faturado e, mesmo depois de haver uma facturação, é necessário aguardar mais cerca de 250 dias até ao pagamento. No total, estamos a falar de prazos de pagamento bastante acima de um ano”, refere ainda.

A APHP pede, por isso, ao Estado que pague o que deve aos hospitais privados.

Ao que a Renascença apurou junto de fonte próxima, já existem hospitais privados a recusarem estas cirurgias. O presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada não confirma a suspensão das intervenções, mas lembra que a decisão é individual - “cada hospital per si; cada grupo é que tem que analisar a cada momento qual é a situação”.